Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Terça-feira, 28 de abril de 2009 - Número 344 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

1º de maio de luta: os trabalhadores não devem pagar pela crise



Jesus Carlos

Em todo o mundo o 1º de maio é símbolo da história de luta e resistência dos trabalhadores. Em São Paulo, a Conlutas e diversas entidades combativas realizarão um ato, a partir das 10h, na Praça da Sé.

Caderno Especial

+saúde

O Sintrajud publica nesta edição um encarte especial sobre saúde do trabalhador do Judiciário Federal. O dia 28 de abril foi instituído como Dia Mundial em Memória das Vítimas de Doenças Relacionadas ao Trabalho. ***Página 04***

Oficiais de Justiça realizam ato nesta quarta-feira. Em protesto pelo assassinato da oficial de justiça Sandra Regina Smaniotto, morta ao cumprir um mandado, a Associação dos Oficiais Estaduais realizará um ato nesta quarta, 29, às 10h, na Praça João Mendes, Centro. *Página 03*

A partir desta edição, o Sintrajud vai publicar uma série de matérias sobre os comparativos dos orçamentos dos tribunais (de 2008 e 2009). Começamos com o TRT que tem o maior orçamento entre eles. *Página 04*

Opinião do Sintrajud

Crise no Supremo?

O recente episódio envolvendo o presidente do STF, Gilmar Mendes e o ministro Joaquim Barbosa é uma situação extrema que nos mostra, ou indica, a gravidade do que pode estar acontecendo na mais alta corte do país.

A afirmação do ministro Barbosa de que Gilmar Mendes não estava falando com seus capangas do Mato Grosso nos remete a muitas reflexões. Mendes ficou conhecido pelo hábito de prejulgar como no caso em que teceu considerações fora dos autos sobre financiamentos aos sem-terra e sobre a revisão da Lei da Anistia.

Gilmar Mendes ganhou também destaque na mídia quando por ocasião da segunda prisão de Daniel Dantas em conseqüência da Operação Satiagraha, ao passar por cima da decisão do juiz de primeira instância, Fausto De Sanctis, ao conceder hábeas corpus ao banqueiro.

Reconhecido como o maior especialista brasileiro no estudo do crime organizado, o juiz aposentado Fanganiello Maierovitch escreveu recentemente, que na presidência do STF Mendes construiu e sedimentou uma ditadura judiciária, o que pode estar desagradando uma parte da Corte.

> **O bate-boca entre Mendes e Barbosa indica a gravidade do que acontece, ou pode estar acontecendo, no STF**

Há um fio condutor, porém, em todos estes episódios: a garantia de segurança jurídica para a imposição ao país de um projeto avassalador de privatizações e reformas neoliberais, que esvazia o papel do estado, transfere recursos públicos para o setor privado e retira dos trabalhadores uma série de direitos previdenciários e trabalhistas.

As decisões de Gilmar Mendes à época da Procuradoria, indicado por FHC, e as de ministro do Supremo, também indicado por Fernando Henrique, estão todas elas, de uma forma ou de outra, ligadas a este projeto – impulsionado no governo tucano, mas mantido e ampliado pelo presidente Lula.

Após esse episódio inédito no STF, nas seções de cartas dos jornais, a maioria das manifestações também criticaram o presidente do Supremo. Talvez porque a maioria da população identifique nele um projeto de país no qual o estado está cada vez mais longe de suas funções sociais e mais a serviço do capital. E uma Justiça em que banqueiros corruptos são soltos com espantosa rapidez, enquanto ladrões de xampu ou manteiga mofam nos cárceres sujos e injustos do Brasil.

Idéias

Um povo monitorado pela agenda do capital

Waldemar Rossi*

A Rede Globo consegue enquadrar parcela significativa da população brasileira nos limites de sua telinha televisiva. São novelas e mais novelas nos horários "nobres" a invadir os lares brasileiros, de segunda a sábado, seguidas de programas tipo BBB, futebol. Transforma drama particular em verdadeiro circo emocional a mexer com a sensibilidade de um povo simples e trabalhador.

Além desse infernal ataque ideológico diário, a mídia procura nos enquadrar em outra pauta importante para os detentores do poder econômico: a pauta eleitoral. Mal acabamos de sair de um processo e já estamos sendo condicionados a "pensar" nas eleições para as esferas federal e estadual, a serem realizadas em outubro de 2010 e, com isto, nos esquecermos dos graves problemas que estão dia a dia interferindo em nossas vidas pessoais, familiares e social.

Perita nesse tipo de jogada, merece destaque as iniciativas da Folha de S. Paulo. Ainda na semana de 30/03 a 04/04, esse jornal divulgava uma "pesquisa" sobre as "preferências" dos eleitores à futura vaga para a presidência da República.

Basta dar uma passada de vistas pela matéria e perceber que são "pesquisados" aqueles e candidatos que a própria mídia vem colocando para o povo o tempo todo.

Uma jogada que não é perceptível para a maioria é a de tentar "enquadrar" antecipadamente todos os candidatos, em especial aqueles que desejam concorrer a cargos executivos. Jornalistas são colocados a realizar o jogo sujo de vasculhar a vida política e particular de cada um dos candidatos.

No domingo (05/04), a mesma Folha nos ofereceu mais um espetáculo grotesco: procura enquadrar Dilma Rousseff, candidata de Lula, vasculhando sua vida política do tempo de sua juventude, época em que a ditadura militar prendia, torturava e assassinava brasileiros por discordarem da entrega do país aos interesses das multinacionais. Depois de Dilma virão outros, até que os eleitores se habituem com os candidatos permitidos pelo poder econômico, até que os eleitores estejam condicionados a votar no "menos ruim" (para o povo), porém no mais vantajoso para os exploradores.

Waldemar Rossi é metalúrgico aposentado e coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo.

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Frases

De Hoje:

"V, Exa. Não tem condições de dar lição a ninguém (...)V. Exa. está fazendo populismo judicial", ***Gilmar Mendes****, presidente do STF, em bate-boca com o ministro Joaquim Barbosa durante sessão, na quarta-feira dia 22, que discutia recursos sobre a Previdência do Paraná e foro privilegiado.*

"V. Exa. não está na rua, não, Vossa Excelência está na mídia, destruindo a credibilidade do Judiciário Brasileiro", ***Joaquim Barbosa****, presidente do STF, respondendo a Gilmar Mendes.*

"V.Exa. quando se dirige a mim, V. Exa. não está falando com seus capangas do Mato Grosso, ministro Gilmar. Respeite, respeite." ***(Idem)****.*

De Ontem:

"Quando se olha muito tempo para um abismo, o abismo olha para você", **Nietzche.**

Charge





Muitos servidores já mandaram suas sugestões, só falta a sua. Participe!

Estamos na última semana para a escolha do novo nome do Jornal do Judiciário. Se você ainda não mandou a sua sugestão, não perca tempo. No próximo número serão publicados os três melhores títulos escolhidos pelo Coletivo de Imprensa e o servidor votará no que mais lhe agradar. O nome mais votado passará a ser o nome do jornal. Mande sua sugestão para cae.imprensa@sintrajud.org.br

Oficiais de justiça

Oficiais debatem efeitos da resolução 53 do CSJT e Carreira

Temas foram discutidos na última reunião do Núcleo dos Oficiais de Justiça

Na última reunião do Núcleo dos Oficiais de Justiça, que ocorreu na quinta-feira 23, no Sintrajud, os oficiais levantaram as preocupações em relação à resolução 53. O CSJT suspendeu temporariamente os efeitos da resolução, que alteraria a estrutura de várias instalações da Justiça do Trabalho pelo país.

Publicada em outubro do ano passado, a resolução padronizava o número de funcionários de acordo com a média de movimentação processual que a vara tiver durante o ano. No caso da 2ª Região, onde o número de processos é alto – mais de 2.500 processos/mês –, o número de servidores aumentaria. No caso específico dos oficiais de justiça, a resolução estabelecia apenas um oficial para varas com movimentação anual de até mil processos e dois oficiais, para varas acima de mil processos.

A determinação diminuiria o já reduzido número de oficiais em diversas varas do país. No caso de São Paulo, apenas duas varas da Grande São Paulo seriam atingidas. Para Erlon Sampaio, diretor do Sintrajud e vice-presidente da Assojaf, "a resolução chega a ser inconstitucional por ter a pretensão de mudar normas processuais em que são previstos atos com a presença de dois oficiais". Além disso, a presença de apenas um oficial causaria prejuízos nos casos de licenças ou férias e em varas que atendem regiões abrangentes. "Há lugares onde os oficiais chegam a viajar 250 km para cumprir uma diligência", disse o oficial Neemias Freire.

Os oficiais de justiça deliberaram que vão encaminhar ofício ao TRT para participar do debate sobre a resolução, que ocorre em outras regiões do país. "Essa é uma questão que afeta não só os oficiais, mas todos os funcionários. Alguns tribunais criaram comissões para debatê-la, com a participação de um oficial e dois servidores", comentou Erlon.



Kit Garon

Erlon em reunião com oficiais do TRF.

Carreira e reunião do Cojaf

O Plano de Carreira que atualmente está em discussão na Comissão do STF também foi tratado na reunião dos oficiais, mais especificamente o cargo de oficial no plano. Na reunião, os oficiais decidiram que vão solicitar a realização de uma reunião do Cojaf, coletivo dos oficiais na federação nacional, antes da Plenária Nacional da Fenajufe, que vai ocorrer no início de junho em Manaus.

Oficiais de justiça realizam ato em protesto ao assassinato de colega

Em protesto pelo assassinato da oficial de justiça Sandra Regina Smaniotto, morta ao cumprir um mandado, a Associação dos Oficiais Estaduais realizará um ato público nesta quarta-feira 29, a partir das 10h, na Praça João Mendes, Centro.

O Coordenador do Núcleo dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Sintrajud e diretor do sindicato, Erlon Sampaio, chama os colegas oficiais da Justiça Federal a comparecer ao ato para demonstrar solidariedade aos colegas estaduais, porque todos os oficiais (estaduais ou federais) correm os mesmo riscos quando cumprem mandados.

Na manhã de quinta-feira 23, a oficial de justiça Sandra Regina Ferreira Smaniotto foi morta com nove tiros ao cumprir um mandado de busca e apreensão. Esse é um grave caso em que um servidor acabou pagando com a vida pela violência urbana e pelas más condições de trabalho fornecidas pelos tribunais.

Sandra era servidora da justiça estadual há 22 anos e trabalhava na 3ª vara cível do Fórum Regional Santo Amaro.

Este não é o primeiro caso, em que um oficial de justiça acaba se tornando vítima de seu intimado. Também não é de hoje que os oficiais apresentam reclamações sobre a falta de segurança e sobre a enorme quantidade de mandados para os poucos servidores existentes.

O Sintrajud se solidariza com os parentes e amigos da servidora e também exige melhores condições de trabalho e de segurança dos tribunais e administrações, sejam elas estaduais ou federais.

Último ato

Resolução de Marli Ferreira aumenta a jornada de digitadores

O tribunal deveria estender a jornada de seis horas para outros servidores e não atacar esse direito

Em um de seus últimos atos como presidente do TRF3, a desembargadora Marli Ferreira aumentou a jornada de trabalho dos digitadores, de 30 para 40 horas semanais.

Publicada em 31 de março, a Resolução 347 altera a Resolução 62 de julho de 1992 e obriga os digitadores que não se dedicam à entrada de dados e àqueles em cargo de comissão a cumprir jornada de oito horas diárias.

A advogada do Sintrajud Renata Garcia Chicon explica: "Na prática, a Resolução aumenta a jornada de trabalho dos digitadores, sem a respectiva retribuição pecuniária".

Na opinião da diretora do Sintrajud e digitadora, Angélica Olivieri, essa modificação não se justifica, porque "a tarefa de digitação está em todas as etapas do trabalho, desde a inserção de dados, passando pela movimentação do processo até na expedição de uma sentença. Portanto, o tribunal deveria estender a jornada de seis horas aos demais servidores e não atacar esse direito", afirmou.

"A jornada de seis horas é uma conquista dos digitadores e neste momento de crise econômica e automação do judiciário é fundamental que se distribua o trabalho existente entre os trabalhadores que necessitam de emprego; não que se aumente a jornada daqueles que têm essa conquista", disse Angélica.

Angélica também lembra que existe uma ampla campanha pela informatização processual e cada vez mais os servidores exercerão a tarefa de digitação. Por isso, o Sintrajud entrará com um requerimento administrativo como uma das formas de lutar contra essa Resolução.

NOTAS

STF impede posse de nova direção do TRF-3

O STF concedeu liminar que suspende a posse do novo corpo diretivo do TRF-3 e mantém a atual direção no cargo até o julgamento final da Reclamação 8025. Eleita no início de abril, a nova direção teve sua elegibilidade contestada pela desembargadora Suzana Camargo, atual vice-presidente do TRF-3 e eleita corregedora. Para ela, a eleição do desembargador Baptista Pereira para presidente do tribunal contraria o artigo 102 da Lei Orgânica da Magistratura, que diz que "os tribunais devem eleger os magistrados mais antigos, contudo, não podem figurar entre os elegíveis aqueles que ocuparam cargos de direção nos últimos quatro anos". O desembargador ocupou o cargo de corregedor do TRF entre 2003 e 2005 e de vice-presidente entre 2005 e 2007.

Aposentados: Musicoterapia no Núcleo será no dia 13/05

Uma vez por mês, a reunião do Núcleo de Aposentados do Sintrajud é especial. Os aposentados participam de vivências temáticas através da música. A próxima reunião com musicoterapia será no dia 13 de maio, quarta-feira, às 15h, no auditório (Rua Antonio de Godoy, 88 – 15º andar). A participação é gratuita e aberta a todos os aposentados associados ao Sindicato.

Sintrajud patrocinará equipe de corrida para a prova de 40 km de revezamento

Os servidores do Judiciário adeptos de corridas e maratonas podem se inscrever até o dia 13 de maio para a Prova Pedestre Super 40 km de Revezamento – Etapa São Paulo, que será no dia 17 de maio, na USP. O Sindicato vai patrocinar uma equipe. Quem tiver interesse pode se inscrever com a Telma, pelo tel. (11) 3222-5833 ou e-mail sociocultural@sintrajud.org.br.

Na Praça da Sé

1º de Maio de luta contra desemprego, redução de salário e retirada de direitos

A Conlutas realizará atos em todo o país para que os trabalhadores não paguem pela crise

O 1º de Maio deste ano terá um caráter especial. Os trabalhadores (as) devem ir às ruas em protesto contra a onda de demissões que tomou conta do país sob a justificativa de que o país está em crise. A luta também é contra o governo Lula, que diz aos trabalhadores que não é hora de se falar em aumento de salário e ao mesmo tempo anuncia que vai emprestar dinheiro ao FMI (Fundo Monetário Internacional). Em São Paulo, o ato será na Praça da Sé, a partir das 10h.

Para a diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo, é hora de iniciar uma reação ou teremos que enfrentar uma situação cada vez mais trágica. "É o momento de dar uma forte resposta nacional contra a crise. È preciso unidade dos servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada para impedir que a crise caia nas costas dos trabalhadores", ressaltou.

Desde o início da crise já foram demitidos mais de 700 mil trabalhadores no Brasil. Com o apoio da CUT e Força Sindical, patrões fecharam acordo de redução de salário e direitos e continuaram demitindo.

Além de anunciar a liberação imediata de 4,5 bilhões de dólares ao FMI, Lula editou várias medidas provisórias para socorrer bancos, construtoras e outras empresas com recursos públicos. Mas não parou por aí, sacrifica os recursos do tesouro nacional através da isenção de impostos para os grandes empresários. É por isso, que o 1º de maio tem que ser um dia de luta e unidade dos trabalhadores.

Ana Luiza lembra que os atos do 1º de maio da Conlutas são partes do plano de lutas articulado na plenária unificada do movimento sindical, popular e estudantil, realizado em janeiro, no Fórum Social Mundial, em Belém.

Além do protesto, o ato vai relembrar também os 45 anos do golpe militar , um período triste da história do Brasil, onde morreram muitos lutadores que defendiam um país mais justo e igualitário.

CUT e Força Sindical a serviço dos patrões

Ao contrário da Força Sindical e CTB, a Conlutas, e diversas entidades, vão realizar um ato independente e classista. Essas centrais vão realizar festas milionárias, com apoio do governo e dos patrões, para levar ilusão ao trabalhador.

Mas é preciso ressaltar que o momento não é de festa. "O 1º de maio é e vai continuar sendo uma data em que os trabalhadores vão às ruas denunciar a exploração e lutar por melhores condições de vida e trabalho", disse o diretor do Sindicato Antonio Melquiades, o Melqui.

Seminário avança no debate de uma nova organização de luta dos trabalhadores

Nos dias 19, 20 e 21 de maio, em São Paulo, foi realizado um seminário nacional para avançar no debate da construção de uma ferramenta unitária para as lutas e a organização da classe trabalhadora. Participaram do encontro representantes de 16 estados.

No Seminário, ficou definido que as entidades de luta vão continuar fortalecendo as mobilizações contra as demissões e a redução dos direitos, contra os cortes no investimento de política pública e apoiar e unificar as campanhas por salários, além do apoio ao Comitê pela reestatização da Embraer e o abaixo-assinado que está sendo lançado pelas entidades que participaram do seminário, com as exigências dos trabalhadores dirigidas ao governo Lula, ao Congresso Nacional e ao Judiciário.

O Sintrajud participou do seminário e está na luta pela construção de uma nova ferramenta que fortaleça a organização dos trabalhadores na defesa dos seus direitos.

Estudo comparativo

TRT-2 reduz orçamento

A partir dessa edição publicaremos uma série de matérias sobre os orçamentos dos tribunais. O primeiro a ser avaliado é o TRT, que tem o maior orçamento entre eles.

Em março, o Departamento Econômico do Sintrajud fez um estudo comparando os orçamentos de 2008 e 2009 do TRT-2, onde foi constatado um aumento de 6,47% (R$ 73,7 milhões) do orçamento geral do tribunal. Por outro lado, os gastos com benefícios sociais sofreram redução de 3,35%. O maior corte foi no auxílio-alimentação, R$ 1,8 milhão. O orçamento para o auxílio-creche também teve redução de 2,99% em relação a 2008.

Em comparação com o orçamento executado em 2008 (R$ 21,9 milhões), o gasto previsto para 2009 (R$ 20 milhões) é 8,67% menor.



Jesus Carlos

TRT - maior orçamento entre os tribunais.

De acordo com Washington Lima, coordenador do Departamento Econômico, essa diminuição orçamentária não significa a redução dos valores dos benefícios sociais, mas ele alerta que no final do ano é provável que o TRT-2 necessite de crédito suplementar.

Embora alterações orçamentárias sejam normais, neste ano, houve aumentos expressivos no orçamento das despesas administrativas e de informática, na ordem de R$ 4,2 milhões; e uma dotação de R$ 11 milhões para a aquisição de imóvel para o TRT.

"É perceptível que foram favorecidos os gastos administrativos e de aquisição de imóvel em detrimento dos benefícios sociais", disse.

Washington lembra que apesar do grande controle orçamentário realizado pelo Executivo e Legislativo, visando obter superávits primários para o pagamento dos juros da dívida pública, os tribunais regionais ainda têm bastante autonomia para a execução dos recursos. Mesmo assim, vale lembrar, que em 2007, o TRT-2 devolveu à União R$17,6 milhões, que poderiam ter sido utilizados para o pagamento de dívidas com os servidores e melhoria dos benefícios sociais.

Em relação ao TST, o economista constatou um aumento de R$ 452 milhões (103,55%) no orçamento de pessoal, que distribuirá entre os tribunais regionais conforme os critérios estabelecidos pelo TST.

Segundo a diretora do Sintrajud e servidora do TRT Leica Silva, o Sintrajud vai procurar a administração do TRT-2 para esclarecer sobre a redução no orçamento dos benefícios sociais, assim como sobre a maneira como o TRT agirá com a sobra no orçamento do TST que poderia ser utilizada para o pagamento de passivos em São Paulo.

A íntegra do Estudo está disponível em www.sintrajud.org.br

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 32383807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Gustavo Ferreira **Tiragem:** 13.000

Edição Especial

Jornal do Judiciário
+saúde
São Paulo, terça-feira, 28 de abril de 2009

Em defesa da saúde e segurança no local de trabalho

Itensificar essa luta faz parte das resoluções do 5º Congresso do Sintrajud, aprovada pelos servidores

O Sintrajud publica nesta edição um caderno especial no Dia Mundial em Memória das Vítimas de Doenças e Acidente do Trabalho. Como resolução do 5º Congresso da categoria, realizado no ano passado, o mês de abril é o período dedicado a intensificar o debate sobre saúde e assédio moral no local de trabalho.

"Mas nossa luta não se encerra neste mês. Vamos continuar debatendo com os servidores, realizando atividades nos locais de trabalho para que a possamos avançar cada vez mais na luta por melhores condições de vida e trabalho", disse a diretora do Sintrajud e do membro do Coletivo de Saúde, Leica Silva.

28 de abril: um dia histórico

No dia 28 de abril de 1969, ocorreu uma explosão na mina de Farmington - Virginia - Estados Unidos, onde morreram 78 mineiros. A escolha dessa data foi parte das reivindicações do movimento sindical canadense, que ganhou apoio de sindicatos de outros países e de entidades internacionais como a OIT, ONU e OMS.

Só em 2003 a OIT adotou o dia 28 de abril como o Dia Mundial em Memória das Vitimas de Acidentes e Doenças de Trabalho. Em 2004, tiveram início no Brasil as primeiras manifestações na data, que foi reconhecida oficialmente no ano seguinte, através da lei nº 11.121.

Mas essa luta é muito mais antiga. No final do século VXIII, revolução industrial, os trabalhadores foram às ruas lutar por condições de trabalho dignas e por saúde. Junto com essas reivindicações estava também a luta pela redução de jornada sem redução de salário, essa inclusive , foi a base das mobilizações que deram origem ao 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador.

Por isso, condições saudáveis e seguras no ambiente de trabalho, salário digno e jornada reduzida, permitindo tempo livre ao trabalhador para desfrutar de lazer, educação e descanso são reivindicações históricas da luta dos trabalhadores.

Servidores trabalham em condições insalubres e precárias
Página 02

Jornada de 6 horas faz bem para a saúde
Página 03

Coletivo de Sáude combate assédio moral no local de trabalho
Página 03

Oficina debate saúde do trabalhador
Página 04

Insalubridade e saúde

Servidores do Judiciário convivem com condições de trabalho precárias

Em alguns locais a insalubridade é comprovada. As soluções tardam a aparecer


Galpão PW: insalubridade foi comprovada.

Na última semana, o Jornal do Judiciário revelou os problemas enfrentados diariamente pelos servidores do prédio do TRE da R. Dr. Falcão. Lá eles trabalham com baratas, elevadores quebrados, calor excessivo, entre outros problemas. No entanto, as condições de trabalho precárias não são uma exclusividade daquele prédio. O Judiciário Federal de São Paulo apresenta diversos locais em que se chegou ao ponto da insalubridade ter sido constatada por laudos periciais realizados pelo engenheiro de Segurança do Trabalho, Moysés Morasche. Após denúncias de servidores, o Sindicato contratou o perito e entregou os laudos às administrações junto com requerimentos cobrando o adicional devido e, principalmente, soluções.

O adicional é apenas uma forma de compensar o trabalhador pelo risco à saúde ao qual ele é exposto. Trata-se de um direito do trabalhador, devido onde os riscos não podem ser controlados. Para um ambiente ser considerado insalubre, os técnicos utilizam os parâmetros definidos na Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho, de 1977. Em todo o estado de São Paulo, existem outros locais que não são considerados insalubres, mas que apresentam condições precárias, as quais muitos servidores acabam convivendo por longos anos.

Os problemas de vários locais continuam, mesmo depois de mais de um ano de realização e entrega do laudo, como é o caso do galpão Presidente Wilson. No galpão funcionam os almoxarifados e arquivos do TRF e JF, e os servidores trabalham com goteiras, instalações elétricas improvisadas, desconforto térmico, e uma linha de trem desativada que alaga quando chove.

Para Cecília Pereira, diretora do Sintrajud e membro do Coletivo de Saúde, esses locais insalubres representam um descaso das administrações e até uma falta de visão: "As administrações não percebem que com um ambiente com melhores condições, elas também ganham em termos de trabalho. Há menos licenças e problemas de saúde, ou seja, uma economia". Cecília ainda destaca que em vez de investir nas condições de trabalho, as administrações despendem verbas públicas em projetos de modernização da FGV, focados na produtividade.

Descaso, saúde em risco

Veja os principais locais de trabalho onde os problemas estão mais evidentes.

Galpão do Jaguaré do TRT

As condições precárias do galpão são denunciadas há vários anos pelo Sindicato. O local apresenta problemas estruturais e falta de infra-estrutura. No calor, a temperatura é elevada, chegando a ser insuportável. Quando chove, os trabalhadores são obrigados a desviar das goteiras.

TRE/Dr. Falcão

O prédio apresenta problemas desde que entrou em funcionamento no início de 2007. Os elevadores quebram frequentemente, várias pessoas já ficaram presas, e os servidores têm que subir e descer para o trabalho pelas escadas. Se não bastasse, há baratas por todas as partes, entupimento no banheiro e, para piorar, o ar condicionado não funciona.

Galpão Presidente Wilson do TRF/JF

Laudo já constatou que no local há insalubridade de grau médio e máximo. Além disso, as condições são consideradas perigosas, pois os trabalhadores estão expostos a agentes químicos por conta da armazenagem de grandes quantidades de esmalte sintético, vasilhames de GLP, entre outros. No galpão há duas antigas linhas de trem, que enchem com a água da rua quando chove. Em dias quentes, o calor é excessivo no interior do galpão, já nos dias frios, a temperatura fica extremamente desconfortável.

JEF

Laudo constatou insalubridade nos setores de atendimento e perícias médicas, em seguida o Sintrajud apontou os problemas e cobrou melhorias. Entre os problemas, foram apontados instalações elétricas improvisadas e riscos de contágios.

Fórum da Barra Funda

O Fórum Ruy Barbosa, cuja construção pelo juiz Nicolau dos Santos Neto foi marcada pela fraude de 169,5 milhões de reais, apresenta problemas estruturais. Há rachaduras que podem ser vistas em todos os andares. Muitas das portas de vidro das varas estão quebradas e sem conserto porque o tribunal está processando a OAS, empresa responsável pela construção do prédio. Os servidores reclamam de salas sem janelas, problemas no ar condicionado entre outros. Recentemente: baratas começaram a invadir os locais de trabalho. Em alguns andares elas andam em cima das mesas dos servidores.

Gráfica do TRF

Laudo detectou que no local as atividades são caracterizadas como insalubres de grau máximo. O Sintrajud solicitou o restabelecimento do adicional de insalubridade que os servidores recebiam e foi tirado pela administração. A perícia constatou diversos agentes nocivos à saúde, como poeira, gerada pelo funcionamento das máquinas, os gases dos veículos automotores a diesel que circulam no local, entre outros problemas.

Almoxarifado TRE/Al. Nothmann

Os problemas que colocam em risco a saúde existem desde a inauguração do galpão, em 2002. Laudo comprovou insalubridade de grau máximo. Entre os problemas há falta de sinalização, existência de goteiras, extintores em números insuficientes, rede elétrica improvisada e infiltrações. Além disso, os trabalhadores não utilizam equipamentos de proteção individual, principalmente os terceirizados.



TRE/Dr. Falcão: elevadores quebram frequentemente.

Por que lutar pelas 6 horas?



Vivemos um momento de crise, é verdade. Também é verdade que a humanidade nunca produziu tantas riquezas como no último século. As revoluções tecnológicas e o desenvolvimento de velozes formas de comunicação trouxeram mudanças substanciais em nossa forma de trabalhar e viver.

No livro "A corrida para o século XXI", o historiador e professor Nicolau Sevcenko nos ensina que as invenções tecnológicas dos últimos 100 anos aconteceram de "forma contínua e acelerada"; tendo efeitos multiplicativos e revolucionários em praticamente todos os campos da experiência humana. Afirma o professor que se fossem somadas todas as descobertas científicas e invenções técnicas realizadas pelos seres humanos, desde a origem de nossa espécie, "chegaríamos à espantosa conclusão de que mais de 80% de todas elas se deram nos últimos 100 anos".

Porém, cotidianamente os trabalhadores sentem o desenvolvimento tecnológico se contrapondo ao seu bem-estar. E ao invés da tecnologia trazer conforto ao trabalho, ela tem causado diferentes doenças, muitas delas invisíveis. Além dessas doenças (que têm a LER e a DORT como maiores exemplos), a maneira como a tecnologia vem sendo utilizada tem feito com que as esferas do trabalho e do lazer se confundam e o resultado é a infelicidade e a não realização pessoal no trabalho.

A mistura das esferas trabalho e lazer implicam na perda de autonomia e uma exploração ainda maior. "Perda de autonomia, porque as atividades não-produtivas tornam-se escassas e o lazer passa a ser ditado pelas necessidades da produção. E exploração excedente porque o lazer torna-se uma forma de ampliar a produtividade do trabalho", explica o professor Edílson Cazeloto, doutor em comunicação e semiótica pela PUC-SP.

Com crise econômica o dia-a-dia dos trabalhadores tende a piorar. Mais postos de trabalho fecharão e a jornada de trabalho será intensificada. Nas varas trabalhistas, por exemplo, os servidores já sentem o aumento do volume processual. No TRT-15 que nos últimos três meses de 2008 já havia crescido 11% em relação a 2007, segundo informações do tribunal.

Diante dessa situação, uma das campanhas do Sintrajud é pela jornada de 6 horas. Os benefícios dessa jornada seriam inúmeros, aumentaria a qualidade de vida, reduziria os intervalos durante o expediente, diminuiria a quantidade de retrabalhos, mais servidores precisariam ser contratados e a produtividade também cresceria, entre outros.

Ao contrário do que se possam imaginar, com a redução os servidores não perderiam o auxílio-alimentação e nem teriam os salários reduzidos. Na realidade, a redução da jornada aumenta os salários, pois o

Entrevista

O Coletivo de Saúde

O Coletivo de Saúde surgiu em 2007. Depois de um ano e meio de trabalhos, ele passou a elaborar políticas contra o assédio moral e as más condições de trabalho. Nesta entrevista, a diretora do Sintrajud e servidora da JF Angélica Olivieri fala sobre o Coletivo e seus objetivos a partir de agora.

Como você avalia a atuação do Coletivo de Saúde, no último ano?

Neste último ano o Coletivo de Saúde atuou como uma instância dentro do Sintrajud, dando especial atenção às condições de trabalho e às ações de combate ao Assédio Moral no Trabalho (AMT) e ao autoritarismo.

Foram realizadas diversas palestras sobre o tema nos fóruns da capital e nos principais fóruns do interior e baixada. Também foi contratado um engenheiro que realizou perícias em diversos locais constatando situações de alto risco à saúde do trabalhador.

Como os servidores responderam a campanha contra o assédio moral?

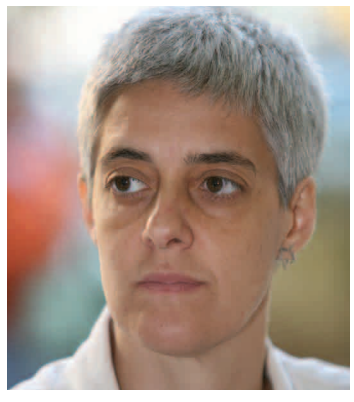
Todas propostas de combate ao AMT dentro da campanha realizada em 2008 ajudaram os servidores a compreenderem o que é AMT e como ele está nas atitudes autoritárias de juízes e diretores isoladamente e das administrações enquanto instituição, por isso tivemos um maior número de denúncias sobre "chefes assediadores". O ápice foi a denúncia contra a desembargadora Marisa Santos, coordenadora do JEF. Alguns diretores de secretarias da capital, interior e baixada foram afastados, como resultado de nossa campanha. Apesar do receio dos servidores quanto a denunciar, eles já sabem o que fazer para combater o AMT e que podem contar com o Sintrajud como seu principal aliado.

Como a administração responde às solicitações do Coletivo?

As administrações têm uma visão restrita quanto à saúde do trabalhador. Seus programas passam, geralmente, por uma simples avaliação física e os locais insalubres são maquiados. Quando solicitamos estatísticas sobre as licenças médicas, tentando entender as portarias anti-saúde da Justiça Federal, verificamos o alto índice de afastamentos por transtornos psíquicos. A saída da administração foram as portarias, que permite aos supervisores questionar a validade dos atestados, evidenciando assédio moral. Diante disso apresentamos propostas aos tribunais, mas as administrações foram reticentes sem respostas satisfatórias.

Quais são as perspectivas a partir de agora?

O coletivo continuará com a campanha, que deve ser permanente, com uma discussão aprofundada sobre o que é o AMT, colocando em destaque as relações autoritárias que permeiam o trabalho dentro das instituições no Poder Judiciário com ênfase às FCs usadas como fator de sujeição do trabalhador à política das administrações a fim de coibir seus questionamentos e enfrentamentos.



Saúde e trabalho em debate

II Oficina de Introdução à Saúde do Trabalhador aborda como o trabalho interfere na vida de uma pessoa

Por Adriana Delorenzo

O caso era real: uma servidora depois de 17 anos de repartição entrou em depressão e foi afastada do trabalho. Ela acompanhou toda a evolução tecnológica, da máquina de escrever à informática. A estrutura de poder manteve-se inalterada ao longo dos anos: chefe, chefe-menos-que-maior e chefe-maior. A cada dois ou três anos o chefe mudava, e ela adaptava o seu trabalho à nova chefia. Antes trabalhava 12 horas por dia e levava o que faltava para terminar em casa, depois mudou o chefe, ela passou a ter mais tempo extra, o qual usava para leitura, atividades físicas e filhos. Novamente mudou a chefia, a pressão voltou.

A situação foi relatada por uma juíza num projeto de saúde realizado em Santa Catarina. A partir do relato, os participantes da II Oficina de Saúde do Trabalhador promovida pelo Sintrajud no sábado, dia 25, identificaram as semelhanças com o seu ambiente de trabalho no Judiciário. Entre os pontos levantados estão a convocação frequente para trabalhos "voluntários", as jornadas extensas, o autoritarismo que cala as pessoas e as suas idéias e as mudanças tecnológicas que aumentam a produtividade da qual o trabalhador não se apropria. "A tecnologia mudou a forma de trabalho, mas não sua organização", disse Ana Paula Lopes, psicóloga, assessora de Saúde do Sindicato e doutoranda em Saúde Coletiva, que ministrou a oficina.

Apesar de muitos não se darem conta, a saúde e o trabalho estão diretamente relacionados. Como apontou Leica Silva, diretora do Sindicato, "o trabalho continua sendo o nosso meio de organização pessoal". Especialistas defendem que a partir do trabalho a pessoa constrói a sua identidade. Por isso, a questão do trabalho é central para pensar a sociedade. "Embora a resposta (doença) se manifeste individualmente, o problema é coletivo", afirmou Ana Paula.

A doença nem sempre é visível. Dados estatísticos solicitados pelo Sintrajud aos tribunais, mostraram que em 2007 e 2008, cerca de 50% do número de licenças médicas eram por transtornos mentais e comportamentais. No entanto, essas licenças são consideradas como "doenças comuns", não relacionadas ao trabalho. Segundo Ana Paula, quando há um trabalhador doente, o local precisa ser investigado, pois se trata de um "caso índice". Como o problema, de acordo com Ana Paula, está relacionado à organização do trabalho, qualquer trabalhador poderá ser o próximo a manifestar uma doença, seja ela um transtorno, como depressão, ou uma lesão por esforço repetitivo.

Com as constatações, foram levantadas algumas saídas para prevenção. Alguns falaram sobre a importância de outras atividades sociais além do trabalho, como esportes e *hobbies*. Apesar de importantes, o argumento foi rebatido. "O trabalho continuará a ser central e esses projetos não podem tirar a atenção do verdadeiro problema", resumiu Leica. O sofrimento continuará a ser diário.

Jesus Carlos



Dinâmica durante a oficina: participantes tinham que sair do "nó", o que parecia impossível.



Servidores questionaram como solucionar o desgaste à saúde.

Dividir para mandar

A segunda parte da oficina contou com a participação do psicólogo e professor Augusto Galery, que refletiu sobre como a forma de organização da sociedade reflete na saúde do trabalhador. A questão central, para ele, é o poder. "O poder é consequência de um conflito, o que não existe entre iguais", disse. No caso, o conflito é a divisão da sociedade em classes, e é isso que o poder tenta abafar.

Para Augusto, o poder surge para manter a desigualdade e naturalizar que as pessoas tenham direitos diferentes, ou seja: um de mandar e outro de obedecer. "Naturaliza-se o poder, e passa-se a não mais questioná-lo. Por que temos que ter um chefe?". Provocações ou não, Augusto continuou o debate, levantando outras questões desde a representatividade na democracia até como o capitalismo utiliza do poder para explorar ao máximo o trabalhador. Restou a pergunta: como ter saúde assim? Uma comparação feita pelo diretor do Sintrajud e da Fenajufe Antonio Melquíades, o Melqui, é oportuna: "É como um carro que anda a 150 km, a vida útil diminui". Com a intensidade da exploração, o trabalho adoece lentamente.